

Parlamentares despachantes

No segundo ano de funcionamento da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), mais de 20 anos atrás, recebi a visita de um deputado federal nordestino. Trazia um mapa com o traçado de uma adutora para ligar um açude existente a um conjunto de cidades da região. Logo no início da conversa, expliquei que a ANA não tinha recursos nem teria a autorização legal para realizar a obra, ao contrário, por exemplo, do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas). Mas, é claro, estaria disposto a ajudá-lo a conceber o empreendimento.

Iniciei explicando que o trajeto da adutora não poderia ser definido apenas com a informação contida no mapa. Seria necessário conhecer a topografia, as demandas hídricas das localidades e realizar estudo hidrológico para calcular se o açude teria água para atender a vazão a ser retirada, em adição ao atendimento já estabelecido de outras localidades.

O deputado foi ficando desanimado com a conversa e eu constrangido. Resolvi examinar novamente o mapa e notei que o traçado que ele havia feito não atendia alguns municípios da região. Indaguei a razão. “Nessas cidades eu não tive boa votação”, respondeu.

Lembrei dessa conversa ao ler sobre a tensão política deflagrada pela decisão do ministro Flavio Dino, confirmada por todos os seus pares no STF, de suspender as emendas parlamentares por ausência de rastreabilidade e de transparência. É razoável supor que as negociações que se seguiram desembocarão numa acomodação que elimine as violações constitucionais. Porém, como bem apontou o ministro Luís Barroso (Jornal Nacional, 20/08), para além da rastreabilidade e transparência, remanesce a necessidade de melhorar a qualidade do gasto público, que é uma responsabilidade conjunta dos três poderes.

O sistema atual é disfuncional porque induz os parlamentares a se comportarem como despachantes dos interesses paroquiais de suas respectivas áreas eleitorais. Claro, nem todos se portam dessa maneira. Mas a principal motivação da maioria é alocar recursos

públicos para criar um eleitorado fiel que lhe garanta a reeleição, sem preocupação em resolver os problemas sistêmicos do país.

Trata-se de um processo de seleção altamente perverso porque quanto mais o congressista se comporta como o deputado do episódio da adutora, mais ele fideliza os seus eleitores. Com esse método, ele consegue sagrar-se vencedor em sucessivas eleições, derrotando eventuais competidores mais qualificados, mesmo deixando à míngua os seus não eleitores.

Tanto isso é verdade que o tal deputado hoje é senador. Ele não mais necessita da “benção técnica” de alguma entidade do Executivo. Agora ele redige uma emenda e... Pimba, o seu desejo é realizado.

A população costuma atribuir à corrupção a causa raiz de nossos principais problemas. É verdade, mas não é só isso. Igualmente contrário ao interesse difuso da sociedade, e bem mais frequente, é a utilização de critério indefensável e inconfessável na priorização de investimentos públicos.

Engenheiro e colunista da Folha, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente da ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

Publicado na Folha de São Paulo, 29/08/2024

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2024/08/parlamentares-despachantes.shtml>

Parlamentares despachantes

Maioria quer alocar recursos públicos, criar eleitorado fiel e garantir reeleição

Jerson Kelman

Engenheiro e colunista da *Folha*, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente da ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

No segundo ano de funcionamento da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), mais de 20 anos atrás, recebi a visita de um deputado federal do Nordeste. Trazia um mapa com o traçado de uma adutora para ligar um açude existente a um conjunto de cidades da sua região. Logo no início da conversa, expliquei que a ANA não tinha recursos nem teria a autorização legal para realizar a obra —ao contrário, por exemplo, do Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). Mas, é claro, estaria disposto a ajudá-lo a conceber o empreendimento.

Iniciei explicando que o trajeto da adutora não poderia ser definido apenas com a informação contida no mapa. Seria necessário conhecer a topografia, as demandas hídricas das localidades e realizar estudo hidrológico para calcular se o açude teria água para atender a vazão a ser retirada, em adição ao atendimento já estabelecido de outras localidades.

O deputado foi ficando desanimado com a conversa, e eu, constrangido. Resolvi examinar novamente o mapa e notei que o traçado que ele havia feito não atendia alguns municípios da região. Indaguei a razão. “Nessas cidades eu não tive boa votação”, respondeu o deputado.

Lembrei dessa conversa ao ler sobre a tensão política deflagrada pela decisão do ministro Flávio Dino, confirmada por todos os seus pares

no Supremo Tribunal Federal, de suspender as emendas parlamentares por ausência de rastreabilidade e transparência. É razoável supor que as negociações que se seguiram desembocarão numa acomodação que elimine as violações constitucionais. Porém, como bem apontou o presidente da corte, Luís Roberto Barroso (*Jornal Nacional*, 20/8), para além da rastreabilidade e transparência, remanesce a necessidade de melhorar a qualidade do gasto público, que é uma responsabilidade

[...]

Resolvi examinar novamente o mapa e notei que o traçado [para a construção de uma adutora] que o deputado havia feito não atendia alguns municípios da região. Indaguei a razão. “Nessas cidades eu não tive boa votação”, respondeu. (...) O tal deputado hoje é senador

conjunta dos três Poderes.

O sistema atual é disfuncional porque induz os parlamentares a se comportarem como despachantes dos interesses paroquiais de suas respectivas áreas eleitorais. Claro, nem todos se portam dessa maneira. Mas a principal motivação da maioria é alocar recursos públicos para criar um eleitorado fiel que lhe garanta a reeleição, sem preocupação em resolver os problemas sistêmicos do país.

Trata-se de um processo de seleção altamente perverso porque quanto mais o congressista se comporta como o deputado do episódio da adutora, mais ele fideliza os seus eleitores. Com esse método, ele consegue sagrar-se vencedor em sucessivas eleições, derrotando eventuais competidores mais qualificados, mesmo deixando à míngua os seus não eleitores.

Tanto isso é verdade que o tal deputado hoje é senador. Ele não mais necessita da “bênção técnica” de alguma entidade do Executivo. Agora ele redige uma emenda e... Pimba! O seu desejo é realizado.

A população costuma atribuir à corrupção a causa raiz de nossos principais problemas. É verdade, mas não é só isso. Igualmente contrário ao interesse difuso da sociedade, e bem mais frequente, é a utilização de critério indefensável e inconfessável na priorização de investimentos públicos.